



Instituto de Humanidades
Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades

NEMÉSIO BONI NANQUE

**ESCOLAS COMUNITÁRIAS NA GUINÉ-BISSAU: A PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE DE QUITCHENE/BIJIMITA NA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO
DA ESCOLA COMUNITÁRIA “JORGE VIDA NANQUE”**

Acarape-Ceará, julho de 2024

Nemésio Boni Nanque

**ESCOLAS COMUNITÁRIAS NA GUINÉ-BISSAU: A PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE DE QUITCHENE/BIJIMITA NA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO
DA ESCOLA COMUNITÁRIA “JORGE VIDA NANQUE”**

Trabalho de conclusão de curso apresentado em formato de projeto de pesquisa como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Auroras.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá (Orientador)

Prof. Dr. Ricardo Ossagõ de Carvalho (Examinador)

Prof. Dr. Peti Mama Gomes (Examinadora)

Acarape-Ceará, julho de 2024

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2.JUSTIFICATIVA	6
3. OBJETIVOS	8
3.1 OBJETIVO GERAL	8
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
4. PROBLEMATIZAÇÃO	9
5.DISSCUSSÃO TEÓRICA	10
6. METODOLOGIA	24
7.CRONOGRAMA	26
REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa, visa compreender a participação da comunidade de *Quitche*/*Bijimita* na construção e manutenção da Escola Comunitária Jorge Vida Nanque, uma escola criada em dois mil e dezoito (2018) para responder às necessidades da educação escolar da população da referida comunidade.

Quitche é uma comunidade da etnia *pepel* que pertence à aldeia de *Nquitimul* na seção de *Bijimita*, setor de Quinhamel e região de Biombo na Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau é um país africano situado na costa ocidental da África com uma superfície total de 36,125 km². Faz fronteira ao norte com Senegal e ao Sul com Guiné. Possui também uma área insular, o arquipélago de Bijagós. No seu território, 24.800 km² é habitável, enquanto boa parte geográfica do país é coberta de uma vegetação densa e um solo com grande quantidade de matéria orgânica. A nação guineense conta com aproximadamente dois milhões e um mil e quinhentos e oitenta e setenta (2.001,587³) habitantes divididos entre trinta (30) grupos étnicos, fato que faz a nação guineense ser um país diversificado, (GOMES, 2021).

Administrativamente é composta por três províncias (Norte, Leste e Sul), divididas em oito (8) regiões e um Setor Autônomo. Região de Bafatá e Gabú ficam no Leste; região de Biombo, Cacheu e região de Oio situam no Norte e região de Bolama Bijagós, região de Quinara e Tombali no Sul, enquanto o Setor Autônomo de Bissau (a capital) se encontra localizada na zona Norte. Estas regiões são compostas por trinta e oito (38) setores ocupados por cento e três (103) seções que são formadas por quatro mil e quinhentos (4500) aldeias/*tabancas*, também estas aldeias/*tabancas* são formadas pelas moranças, (INE, 2009).



Fonte: Disponível em <pt.mapsofworld.com> Guiné-Bissau: Acesso em: 14/09/2023.

A Guiné-Bissau tornou-se independente no dia 24 de setembro de 1973 após uma luta armada de libertação do seu território iniciada no dia 23 do mês de janeiro de 1963, que durou mais de dez anos e que se deu a aprovação da sua autoridade como se vê na citação abaixo.

[...] no dia 23 de janeiro de 1963, um ataque dos membros do Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) ao quartel português de Tite, deu-se início a luta de libertação nacional. Em setembro de 1973, foi proclamada a sua independência unilateralmente na zona libertada de Madina de Boé, (CAOMIQUE, 2022, p.16).

Após este período, havia muitas zonas do seu território que estavam com escassez das instituições escolares. Por outro lado, na altura que o país tomou a independência, o número dos analfabetos era muito elevado, ou seja, o país conquistou a independência com mais de 90% da sua população analfabeta, (BARRETO, 2012). Fato que incentivou as populações e organizações não governamentais (ONGs) a criarem as escolas nas zonas rurais que se deu início na década de noventa (90), (Idem).

Interessa dizer que, a Guiné-Bissau, continua a ser um dos países africanos que, através da sua incapacidade em garantir o ingresso à educação escolar, principalmente, nas zonas rurais, então, as comunidades criaram as escolas comunitárias para suprimir as suas necessidades, (BARRETO, 2012).

Depois da iniciativa de criação das escolas comunitárias, o Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau, na qualidade de uma entidade responsável pela criação das políticas públicas educacionais do país criou através de um despacho, mais de dez (10) leis que visam orientar e regularizar essas escolas. Como se vê no despacho que se segue:

“O Despacho nº 19/GM/03 estabeleceu 12 critérios essenciais que devem ser preenchidos para a criação de uma Escola Comunitária”, (SANHÁ, 2014, p.57).

Conforme exposto, importa destacar que a “Escola Comunitária Jorge Vida Nanque” foi criada com base nessas leis que foram promulgadas pelo Ministério da Educação Nacional. Posto que, essa comunidade imperiosa a necessidade de criar um estabelecimento de ensino na em *Quitche*, que após um longo período do seu povoamento não havia escola por razões acima explicadas, considerando também que é uma morança que está situada no interior de uma seção e que teve sua origem conforme se expõe.

Pela percepção/vivência do autor deste trabalho, a história contada pelos nativos dessa referida comunidade, após chegada dos primeiros moradores (os ancestrais) na Seção de *Bijimita* e depois que compreenderam que era necessário ampliar a seção, logo decidiram expandir para diferente zona do seu território, um homem chamado *Binu* foi para aldeia de *Nquitimul*, com a necessidade de ocupar algumas moranças desta aldeia/*tabanca*. Então, levou

outros indivíduos para se ocuparem, um chamado *Mekalum* ocupou atual *Quitche*. A morança foi atribuída este nome, pois haviam muitas árvores chamadas *poilões*, elas são chamadas na língua do povo *pepel* de *Mtchene/Quitche*, na altura, havia uma única casa nessa morança. Portanto, os *poilões* serviam de ponto de referência, quando alguém ia a essa casa dizia em *pepel* o seguinte *ndjoia kmer Mitchene/Quitche* eu vou à casa de *poilões*. Passaram alguns tempos essa morança começou a ser povoada e as casas foram construídas daí o nome da comunidade ficou assim *Quitche*.

Portanto, houve a organização da população desta comunidade e conseqüentemente a criação da escola, com intuito de garantir acesso à educação escolar a todos, acarretando todo custo e a sua manutenção.

A escola foi atribuída a este nome, pois, no momento da sua construção, o chefe de morança era chamado de Jorge Vida Nanque. Vida Nanque era considerado o pai de toda comunidade e era também respeitado, tendo em conta a contribuição que deu e apoio para criação desta escola. Salienta-se que a atribuição do nome à escola serviu também para homenagear o referido chefe por ter alinhado com a comunidade para garantir a educação formal para seus filhos.

2. JUSTIFICATIVA

A investigação não pode ser desenvolvida ao sabor do acaso, visto que por detrás de cada pesquisa científica existe uma causa motivadora e a finalidade que se pretende atingir. Desta feita, Minayo (2011) assevera que as questões de investigação estão, dessa forma, relacionadas aos interesses e às circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinadas inserções na vida real, nele encontrando suas razões e seus objetivos.

O que suscitou o interesse em escolher este tema tem a ver com a experiência que foi vivenciada na zona rural da Guiné-Bissau, nomeadamente nas aldeias/*tabancas* de seção de *Bijimita*, dado que é a seção onde nasceu Nemésio Boni Nanque e iniciou o ensino primário em uma das aldeias dessa seção conseqüentemente o ensino secundário. Outro motivo está relacionado ao fato de lecionar em uma escola privada denominada Escola Evangélica de *Bijimita Monte Sinai*, depois da conclusão do ensino médio. Durante aquele período, percebeu-se que era necessário que o Estado da Guiné-Bissau pensasse na construção das escolas nas aldeias, porque havia muitas crianças que se deslocavam alguns quilômetros a pé nas aldeias/*tabancas* que compõem essa seção para seu centro onde há escola. Durante a vivência,

foi verificado que o Estado guineense não está presente nessas aldeias, por meio das escolas formais. Essa razão motivou as comunidades ou Organizações Não Governamentais (ONGs) nessas localidades a construírem as escolas denominadas de escolas comunitárias para minimizar essa situação. Contudo, funcionam com muita dificuldade no que se refere aos professores formados, materiais didáticos e infraestrutura escolar.

Além disso, desde primeiro momento no ensino primário começou-se o interesse e a paixão à educação, percebeu-se que ela representa a base para o desenvolvimento de uma nação, ainda mais que as escolas comunitárias contribuem bastante nos primeiros momentos que as crianças têm acesso à educação escolar e ajudam as comunidades atenuar as suas necessidades escolares, sobretudo, nas aldeias onde se constata ausência do Estado com relação a garantia de acesso à educação escolar. Essa e outras razões pontuadas servem de incentivo a propor no presente projeto de pesquisa, estudar uma escola desse caráter cujo título “Escola Comunitária Jorge Vida Nanque” em Quitchene na aldeia/*tabanca* de *Nquitimul* na seção de *Bijimita*.

Outra razão baseia-se no trabalho feito na seção de *Bijimita* concretamente em *Nquitimul*, aldeia onde fica a comunidade de *Quitche*, enquanto professor, igualmente, vice-coordenador dos professores da Escola Bíblica Dominical da Igreja Evangélica de *Bijimita* e secretário do grupo irmandade cristã dessa congregação, grupo com maior número das crianças dessa localidade. Portanto, é notável que essa escola contribui na evolução dessas crianças no que se trata ao processo de ensino e aprendizagem. Por isso, convém estudar a escola onde as crianças estudam para contribuir não só na educação religiosa, mas também na educação escolar formal.

Outro motivo foi influenciado por acompanhar de perto sobre o envolvimento e a contribuição do Francisco Boni Nanque (seu pai) na educação escolar desta seção. Ele deu um aporte significativo quando era responsável dos pais e encarregados de educação na *Escola do Ensino Básico Unificado Blom II* em *claque/Bijimita* instituição em que se iniciou o ensino primário. Por isso, pretende-se continuar a contribuir por meio deste trabalho para estas comunidades/aldeias.

Outrossim, pensar no engajamento social dessa comunidade no sistema do ensino e aprendizagem nas escolas da Guiné-Bissau. Julga-se interessante trazer o objeto deste estudo ao campo acadêmico como forma de contribuir para minimizar a decadência do sistema educacional público da Guiné-Bissau

Ademais, tratar deste tema é uma das maneiras de dar a contribuição acadêmica que possa servir como um instrumento analítico para futuros trabalhos sobre o assunto que vai

ajudar a diminuir a escassez dos materiais literários que abordam sobre o sistema de ensino na Seção de *Bijimita*, principalmente das escolas comunitárias, apesar de não existência de um espaço físico (biblioteca) onde os livros devem ser conservados para consulta. Entretanto, este trabalho servirá para consulta através das plataformas digitais de maneira a contribuir no que tange ao entendimento sobre empenho das comunidades, particularmente de *Quitche* na aldeia de *Nquitimul* na seção de *Bijimita* para o progresso educativo, tanto dos seus educandos, assim como da Guiné-Bissau em geral.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender a participação da comunidade de *Quitche/Bijimita* na construção e manutenção da *Escola Comunitária Jorge Vida Nanque*.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar informações gerais sobre a *Escola Comunitária Jorge Vida Nanque* e caracterizar o papel socioeconômico e demográfico da comunidade de *Quitche/Bijimita*;
- Analisar o envolvimento da comunidade de *Quitche/Bijimita* na concepção e construção da *Escola Comunitária Jorge Vida Nanque*;
- Compreender o papel e as contribuições das escolas comunitárias no desenvolvimento social de *Bijimita*;
- Discutir sobre o papel do Estado para a construção das escolas nas zonas rurais;

4. PROBLEMATIZAÇÃO

Qualquer pesquisa começa por um problema, por um questionário, por uma hesitação, retornando à volta desse movimento do pensar geralmente se adiciona aos saberes que já existem, ou seja, propósito para elaboração de novas referências inicia-se por uma problematização, (MINAYO, 2011).

Após a independência, a Guiné-Bissau passou um momento de experimentação para formulação e execução de novos planos no seu sistema de ensino e aprendizagem, porém,

durante esse processo, o sistema educativo guineense passou por vários obstáculos causados pela crise política no país, (CÓ, NANQUE e CÁ, 2023).

Durante esse período, a seção de *Bijimita*, também se alinhou no mesmo plano de concepção de ferramentas para reduzir a precariedade das instituições escolares no país, principalmente para seção de *Bijimita*, apesar de muitas dificuldades. Havia algumas escolas em *Bijimita* que lecionavam até 4ª classe nos anos noventa a dois mil, uma privada no centro de *Bijimita* chamada *Escola de Ntiel*, a outra em *Claque* de modelo autogestão denominada de *Blom II*, feita de *quirintim* e coberta pelas folhas de palmeiras e foi criada por aldeia/*tabanca* de *Claque* e *Blom* em colaboração com a direção da educação de Região de Biombo.

Até 2000, a seção de *Bijimita* contava com pouca existência das instituições escolares, tanto públicas, privadas/particulares quanto às confessionais (feitas pelas igrejas). Razão que incentivou bastante os habitantes desta seção a pensar nas formas para minimizar esse cenário. Em 2002, por iniciativa dos filhos e amigos de *Bijimita* em colaboração com o governo/Estado da Guiné-Bissau, foi construída a escola denominada de *Escola de Ensino Básico Unificado de Bijimita* que funcionava de 1ª à 6ª classe. No ano letivo dois mil e doze e dois mil e treze (2012/2013), foi implementado o liceu que funcionava até 9ª classe e no ano letivo 2016/2017 foi ampliado até a 11ª classe que funciona até hoje.

Também em dois mil e onze e dois mil e doze (2011/2012), foram construídas duas escolas das confissões religiosas, uma pela missão católica de Quinhamel denominada de “João Paulo II de Bijimita” e outra pela Igreja evangélica de Bijimita cujo nome é “Escola Evangélica de Bijimita Monte Sinai”, ambas no centro de Bijimita. Apesar disso, não foram suprimidas todas as necessidades da comunidade, visto que algumas aldeias/*tabancas* distanciam do centro. Neste sentido, surgiu em 2018 a *Escola Jorge Vida Nanque* para colmatar as necessidades da comunidade de *Quitche*.

Levando em consideração o interesse de descobrir a participação da comunidade de *Quitche/Bijimita* no sistema do ensino guineense por meio desta escola, indaga-se o seguinte: como é a participação da comunidade de *Quitche/Bijimita* na construção e manutenção da *Escola comunitária Jorge Vida Nanque*?

Ainda, considerando a importância da participação comunitária na criação e manutenção das escolas para garantia da educação escolar, como a Escola Comunitária Jorge Vida Nanque, impulsiona-se colocar o seguinte questionário: quais são os desafios enfrentados pela comunidade de *Quitche/Bijimita* para garantir a continuidade e eficácia das atividades escolares nessa escola?

5. DISCUSSÃO TEÓRICA

O sistema de ensino e aprendizagem da nação guineense depois de treze (13) anos da independência identificou-se numa situação precária. Essa precariedade foi verificada por falta das instituições escolares públicas, poucos profissionais da educação no país e outros fatores, principalmente nas zonas rurais do seu território, (SANHÁ, 2014).

Por consequência disso, as comunidades criaram as escolas comunitárias como mecanismo para colmatar suas necessidades. Segundo Sanha (2014), as primeiras escolas comunitárias na Guiné-Bissau surgiram na província Sul, no ano letivo 1996-1997, concretamente nos setores de Cacine e de Cubucaré, ainda argumenta que,

as escolas comunitárias surgiram como consequência da falta de estruturas e de capacidade do Estado guineense de satisfazer um direito das populações, que é o acesso à escola. São escolas criadas, assumidas e geridas pela comunidade, mas validadas em termos jurídico-legais pelo Estado. É a participação, responsabilidade, empenho e organização da comunidade que permite que haja um bom funcionamento da escola e, assim, contribuir para a promoção de um ensino de qualidade numa determinada comunidade, (SANHÁ, 2014, p.55).

Pode-se perceber na colocação deste autor que tendo em conta a incapacidade do Estado guineense na garantia da educação formal às comunidades das zonas rurais, então, deu-se origem à existência das escolas comunitárias. A comunidade não apenas cria as escolas, como também assume as responsabilidades das suas demandas.

As escolas comunitárias dos anos noventa (1990) trazem à luz, diminuem números das pessoas iletradas e constituem na maior resposta das comunidades rurais à ausência dos serviços públicos básicos nas zonas rurais da Guiné-Bissau, Barreto (2012). Por outro lado, Barreto ainda aponta que elas surgiram para que a educação não se centralizasse somente na educação familiar, mas para que os que ali se encontram tenham acesso à educação formal.

Sanhá (2014) afirma que com o surgimento das escolas comunitárias na Guiné-Bissau, o país conheceu um período relevante no seu sistema educativo, pois foi o momento que as comunidades se encarregaram de gerir e promover o sistema de ensino nesta nação, particularmente, nas zonas rurais. Ainda, coloca as escolas comunitárias numa conjuntura emergencial.

Dessa forma, pode-se compreender que a posição assumida pelas comunidades foi ocasionada pela precariedade política constante no país que causou crise no sistema educativo guineense.

As escolas comunitárias servem de alternativas para colmatar o sucessivo desaparecimento das instituições escolares públicas, Sobral (2012). Esse ainda aponta que as escolas são frutos de um compromisso da iniciativa comunitária e possuem aspectos próprios

que as diferenciam de outras no que se refere às potências sustentadas na base do forte envolvimento da comunidade.

Tendo em conta o envolvimento das comunidades no processo educativo guineense, a terminologia dada às escolas construídas pelas comunidades é “Escolas Comunitárias”, visto que são aquelas que são criadas pelos membros de uma comunidade, seja ela uma aldeia/*tabanca* ou morança para garantia do ensino e aprendizado dos seus filhos, também são aquelas que permitem aos pais e encarregados de educação ocupar suas posições enquanto atores presentes no processo de ensino e aprendizado.

A secção de *Bijimita* é uma das seções guineenses que o sistema de ensino evoluiu numa conjuntura difícil, tendo em conta pouca existência das instituições escolares em algumas aldeias/*tabancas* que possibilitariam às crianças acesso à educação escolar. Portanto, para dar conta da necessidade, a comunidade de *Quitche* criou a escola de carácter comunitário denominada de Escola comunitária Jorge Vida Nanque.

“O surgimento de escola comunitária ou particular de base comunitária corresponde a uma resposta social das populações, em particular no período após às independências dos países africanos e em países com a escolarização baixa”, (LOPES, 2008, p. 30).

A Escola Jorge Vida Nanque é uma escola comunitária construída pela comunidade de *Quitche* na aldeia/*tabanca* de *Nquitimul* na secção de *Bijimita* para facilitar os seus educandos a ter o acesso à educação escolar, também para dar o seu contributo no sistema de ensino guineense. E foi iniciada a sua construção no dia sete (07) de novembro do ano dois mil e dezoito (2018) em *Quitche* e concluída em janeiro de dois mil e dezanove (2019) e foi inaugurada no dia treze (13) de maio do mesmo ano pela própria comunidade.

A sua infraestrutura é constituída por três (03) salas de aulas, um gabinete no qual diretor, subdiretor e o presidente de conselho técnico pedagógico realizam as suas tarefas administrativas, uma secretaria ocupada pelo secretário (a) e responsável financeiro (a) e uma sala dos professores. Também conta com banheiro e cantina ainda em construção.

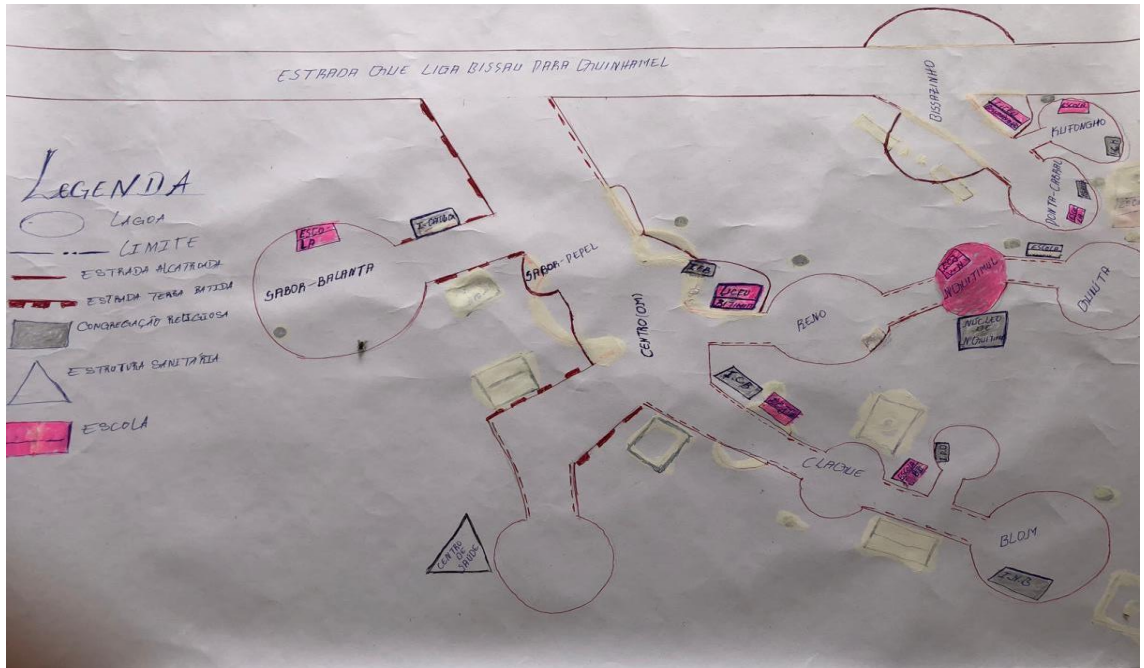
Uma instituição escolar deve ter uma equipe administrativa, sendo assim, a Escola Comunitária Jorge Vida Nanque é estruturada por um núcleo gestor com a seguinte composição: Diretor, subdiretor, presidente de conselho técnico pedagógico, secretário, financeiro, presidente de conselho disciplinar e representante de pais e encarregados de educação igualmente representante de poder tradicional. Com isso, é possível perceber que,

na maioria dos casos, as escolas comunitárias são construídas pela comunidade, por vezes contando com o apoio de parceiros; a sua gestão e administração é assegurada

pelo comitê de gestão, que pode ser formado por até cinco ou mais elementos da comunidade e com o apoio da Associação de Pais e Encarregados de Educação (APEE) e, em alguns casos, pela associação da comunidade [...], (SANHÁ, 2014, p. 55).

Com relação aos docentes e níveis escolares, conforme as informações fornecidas pela secretaria da escola Comunitária Jorge Vida Nanque (2023), a escola conta com sete (07) docentes (no ano dois mil e vinte um a dois mil e vinte dois (2021/2022)), funcionando em dois turnos, de manhã e de tarde, com seguintes níveis: pré-primário, 1ª classe, 2ª classe, 3ª classe e 4ª classes. No ano letivo dois mil e vinte um a dois mil e vinte dois (2021/2022), estudaram cento e sessenta e quatro alunos (164), distribuídos nos níveis apontados acima. No ano letivo de dois mil e vinte três a dois mil e vinte quatro (2023/2024), foram matriculados cento e oitenta e nove (189) alunos, divididos nos níveis apontados anteriormente, tendo oito (8) docentes neste ano.

A comunidade de *Quitche* situa-se na aldeia/*tabanca* de *Nquitimul*, seção de *Bijimita* uma seção que percorre trinta e oito quilômetros (38km²) para cidade de Bissau (capital do país), setor de Quinhamel, Região de Biombo, no norte do país. A região de Biombo é composta administrativamente por três sectores: Quinhamel, Prábis e Safim. Ela faz fronteira com a cidade de Bissau, a região de Cacheu e a região de Oio. A secção de *Bijimita* é formada por onze (11) aldeias/*tabancas*, entre elas: *Bissauzinho*, *Kufogho*, *Ponta Cabral*, *Sabor Pepel*, *Sabor Balanta*, *Centro Om*, *Renu*, *Nquitimul*, *Quiuta*, *Claque* e *Blom*. *Bijimita* conta com 11.161 habitantes, segundo Agentes de Saúde Comunitária (ASC) do Centro de Saúde de *Bijimita* em 2023. Os grupos étnicos residentes ali são: *Pepeis* e *Balantas* e a língua étnica mais falada é *Pepel*, aldeia/*tabanca* de *Nquitimul* é habitada pelo grupo étnico *pepel*, portanto, a sua língua étnica é *Pepel* (CÓ, NANQUE e CÁ, 2023). Como se segue no mapa abaixo.



Fonte: arquivo elaborado por Nemésio Boni Nanque em: 10/03/2024

As populações de *Bijimita*, em particular de *Quitche* vivem por meio das atividades agrícolas (produção de arroz, de mancarra, de mandioca, de batata-doce, de inhame, de feijão, de milhos e entre outros), plantação de frutas, às quais: bananas, limões, laranja, e de legumes, (pimenta, tomate, berinjela, abóbora e entre outros), também fazem criação de gados (vacas, cabras, porcos, etc.), praticam a pesca e a caça, bem como criam aves (galinhas, patos e galinhas-do-mato), (CÓ, NANQUE e CÁ, 2023).

A maioria da produção dessa comunidade é de castanha de caju, é de lembrar que a castanha de caju é produto fundamental de exportação da Guiné-Bissau que levou o país a ser um dos maiores países do continente africano e do mundo que comercializam as castanhas de caju. “[...] Ano em que o país se tornou um dos maiores produtores do mundo, o segundo (2º) produtor do continente africano e o produtor mundial”, (BAPTISTA, 2019, p.6).

Nhaga, citado por Baptista, sustenta que a comercialização de castanha de caju acontece por meio de uma troca, ou seja,

é uma troca direta de arroz ou dinheiro que os comerciantes locais fazem com os produtores da castanha de caju. Como sabemos, normalmente essa troca é feita da seguinte forma: os produtores de caju se deslocam com as suas castanhas até os locais onde os comerciantes se encontram, estes por sua vez pesam as castanhas numa balança e partir daí, perguntam para os produtores se preferem dinheiro ou arroz. (NHAGA 2017, p.40 apud BAPTISTA, 2019, p.6).

Sendo as castanhas umas das mais produzidas no país servem de base de sustento da comunidade de *Quitche* na aldeia/tabanca de *Nquitimul*, seção de *Bijimita*. As mensalidades

pagas na Escola comunitária Jorge Vida Nanque são os valores que servem para pagamento de salário dos professores, também servem para compras dos materiais escolares e a manutenção ou reforma da escola.

É claro que a educação começa em casa, aquela educação familiar, porém a comunidade de *Quitche* em *Nquitimul/Bijimita* entende quão importante garantir a educação escolar para seus filhos, pois compreende que a educação escolar contribui bastante no desenvolvimento de uma nação, por isso, Barreto afirma que,

atualmente, a importância da educação no processo de desenvolvimento de um país e dos povos em geral, é reconhecida cada vez mais tanto pelos acadêmicos como pelos formuladores das políticas públicas. Não se trata apenas da mera constatação de que a educação é um instrumento eficaz para a redução da pobreza. A educação, além de possibilitar a mobilidade social ascendente, impulsiona a ação coletiva para o desenvolvimento e transformação do meio onde o indivíduo vive ou atua, na medida que a educação aumenta a capacidade de o indivíduo ver, perceber o que o rodeia e equacionar os problemas e soluções, (BARRETO, 2012, p. 1).

Sendo assim, pode-se compreender nessa colocação que tipo de sociedade presente no país, a atual sociedade guineense é o fruto de tipologia da sua educação; visto que o Estado da Guiné-Bissau não conseguiu dar até hoje aos seus cidadãos a educação que merecem.

Na tentativa de entender a comunidade de *Quitche* ao longo deste processo, considera-se pertinente descrever as razões que influenciaram a comunidade a criar a referida instituição escolar.

Ausência do governo/Estado guineense sobre a garantia de educação escolar eficaz nessa comunidade.

A paralisação da função pública e, sobretudo, paralisação das escolas públicas do país causada por sucessivas greves que são promovidas pelos sindicatos dos professores como requisitos para que os seus direitos sejam respeitados. Essas greves não ajudam os estudantes destas escolas a receber os conteúdos programados para o ano letivo, e isso resulta na transição de um nível para outro sem exploração eficaz dos conteúdos, então, (SANHÁ, 2014, pág. 63) ressalta que, “praticamente, todos os anos, os professores fazem greve devido aos salários em atraso e pendentes de anos anteriores”. Foi nessa ótica que muitas crianças não continuam estudando, porque quando acontece a paralisação por algumas semanas ou meses e, depois disso, elas não voltam mais para escola até próximo ano letivo, principalmente no período de comercialização das castanhas de caju.

Além disso, a maneira de transmitir o saber que ocorre nas escolas públicas e privadas não facilita o aprendizado das crianças, dado que [...] “há um aprendizado explícito de matérias

do conhecimento, mas há também o aprendizado de formas de comportamento”. (Boto, 2014, p. 104).

Com isso, para

Mannheim e Stewart 1977 apud Boto, 2014, esses dois universos, respectivamente, de aprendizagem ativa e passiva; matérias e maneiras, poderíamos dizer. Como destacam os referidos autores, as relações interpessoais dos professores com seus alunos. O lugar profissional do professor envolve, conforme sublinha Maria Teresa Santos Cunha, um conjunto de valores, de saberes, de normas de conduta, que os postará como “atores privilegiados na formação de mentes, de almas e de corações”. A escola primária, no percurso que a constitui, é cingida por uma tripla vocação: ensinar - a um só tempo - conhecimentos, valores e comportamentos, (BOTO, 2014, p. 9).

Vale salientar que a colocação dos professores nas escolas é de responsabilidade do Ministério da Educação, no entanto, colocam às vezes os professores que não conhecem as realidades das comunidades ou que não pertencem grupo étnico da localidade onde foram colocados e na Guiné-Bissau existem mais de vinte (20) grupos étnicos. Dentre esses, cada um tem a sua própria língua étnica e as crianças aprendem a língua local (língua étnica) durante a sua educação informal, em seguida, a língua guineense (crioula) e a terceira, língua portuguesa. Nesse cenário, o professor que não sabe falar essa língua étnica dificulta a transmissão das matérias para os alunos dessas escolas.

Segundo as normas estipuladas pelo Ministério da Educação Nacional através de despacho nº 19/GM/03, todos os professores das escolas comunitárias devem viver na comunidade em que a escola situa, isso ajuda em controlar os educandos dentro e fora das salas de aulas permitindo empenhar e comportar-se bem na comunidade por ter o professor aos seus lados.

Se o Ministério da educação da Guiné-Bissau tivesse feito igual a nação Brasileira no que tange ao ensino nas zonas rurais, isto é, preservando a cultura e identidade do povo local e promovendo a cultura nacional, como se lê na lei brasileira no

art- 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. 2. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, (BURATTO, 2007, p.7).

Vale destacar que há escola pública que fica no centro da seção de Bijimita com capacidade de ter maior número dos alunos de 1ª classe à 11ª classe e outra em Bissauzinho, a primeira aldeia/*tabanca* dessa seção que situa na estrada que liga Bissau-Quinhamel, que

funciona de 1^a a 12^a classe, mas difícil para as crianças de *Quitche* se matricular ali, dado que, não têm meios de transportes para traslado dos alunos.

Também, importa lembrar que existe uma escola pública denominada de *Escola do Ensino Básico Unificado de Quiúta* na aldeia *tabanca* vizinha de aldeia de *Nquitimul*. Ela tem quatro (4) salas de aulas, funcionando em três (3) turnos, das 07h00 às 11h00, das 11h00 às 15h00 e das 15h00 às 19h00, com os seguintes níveis: 1^a classe, 2^a classe, 3^a classe e 4^a classe, 5^a classe e 6^a classe. Apesar disso, essa escola pública não tem a capacidade de atender todos os alunos, visto que os moradores de *Quiúta*, de *Nquitimul* e alguma parte de *Renu* se interessam em matricular seus educandos ali. No entanto, não conseguem por motivo da limitação das vagas, pois cada sala tem condição de alocar no máximo trinta e seis (36) alunos.

Por conseqüente disso, surgiu a Escola Comunitária Jorge vida Nanque, nesta linha e considerando os fatores acima mencionados, Barreto (2012) ressalta que as escolas, dos meados de 1990, surgiram com a finalidade de dar resposta às comunidades que vivem nas zonas rurais onde se verifica a ausência de mínimos serviços públicos básicos. Facilitam também as populações a interagirem de forma coletiva na comunidade com o mesmo fim. Visto que,

além de ajudar a inteirar o problema da educação escolar nas comunidades, estão ajudando para a inclusão e emancipação social das populações, na medida que os membros das comunidades estão a conscientizar-se não só da sua participação na educação como da importância das ações coletivas na promoção do desenvolvimento social das comunidades, (BARRETO, 2012, p.1).

Após a existência dessa escola, a comunidade sentiu-se que tem garantia mínima da educação escolar para seus educandos, dado que, todas as crianças, jovens e adultos precisam ser garantidos a educação formal.

Toda criança tem que ir para frente conforme a sua capacidade, a fim de darem o máximo do seu potencial, servindo não só os seus interesses, mas também os interesses da humanidade neste mundo globalizado, (CÁ, 2010).

O processo de ensino-aprendizagem ajuda a capacitar a criança, o jovem e o adulto a ler, a escrever, a fazer cálculos, dando a cada um desses indivíduos instrumentos para construir a sua história, (SEMEDO, 2011).

A comunidade de *Quitche* na aldeia de *Nquitimul* está alinhada a ideia de permitir que as crianças da sua comunidade tenham oportunidade de estudar para aquisição de conhecimento científico, social e preservar os seus costumes e os seus valores, também com intuito de ter oportunidade que alguns membros (anciãos, jovens...) da comunidade não tinham. Também

para que assimilem esses saberes para depois contribuir para sociedade, pois através da escola formal que se formam os médicos, os juízes, os engenheiros, os professores etc.

Também essa comunidade é ciente que a educação é chave para desenvolvimento de qualquer país, por isso, construiu a Escola denominada Jorge Vida Nanque para permitir que os seus filhos estudem e deem suas contribuições como cidadãos e ajudando a diminuir os números de analfabetos, pois desde que a Guiné-Bissau se tornou uma nação soberana tem enfrentado crise na educação, acompanhado com sucessivas greves que provocam atraso do início do ano letivo.

Levando em consideração as ideias da criação dessa escola, vale dizer que a relação entre ela e a comunidade é uma das prioridades dessa comunidade, porque essa relação desempenha uma função muito pertinente para o avanço dessa escola. Dado que,

a colaboração entre a família e a escola inscreve-se também nessa linha. Para a sua efectivação, deve existir uma total transparência nas metas e actividades das escolas e as suas interpretações serem acessíveis às famílias para que possam interessar-se por elas, apoiá-las e facilitar os meios necessários à sua concretização tanto no interior das salas como fora delas. As acções educativas para se adequarem à realidade do seu meio devem necessariamente extravasar os habituais limites físicos e horários escolares e a sua influência deve-se fazer sentir nas actividades extra-escolares e em certas tarefas a realizar em casa, (FURTADO, 2005, p 59-60).

Essa relação de colaboração é muito pertinente para comunidade com a escola, dado que facilita a afetividade entre os pais e encarregados de educação, docentes e educandos. Salientando que a família é uma das entidades colaboradora e ocupa uma posição importante no processo de ensino e aprendizagem, principalmente nas escolas comunitárias. Portanto, deve-se haver uma comunicação frequente entre núcleo gestor, professores e a comunidade escolar e extraescolar.

As escolas comunitárias exercem papel muito fundamental no sistema social, cultural e educacional na sociedade guineense como na seção de *Bijimita*, pois são aquelas construídas pelas comunidades e organizações não governamentais que não apenas permitem crianças das zonas rurais estudarem, mas também ajudam os pais e encarregados de educação acompanhar de perto os seus educandos durante o processo de ensino e aprendizagem na educação escolar.

As escolas comunitárias são uma espécie de contrapartida rural do surto repentino das escolas privadas nos principais centros urbanos, como resposta à crise da escola pública". A população da Guiné-Bissau participa de diferentes formas na promoção da educação, por isso, a nomenclatura atribuída às escolas de base comunitárias variam de acordo com modelo de participação, assim temos: as escolas autogestão, escolas populares escolas públicas, (MONTEIRO, 2005, p.79 apud BARRETO, 2012).

Como resposta à crise da educação guineense, importa afirmar que as escolas comunitárias ajudam no desenvolvimento da Guiné-Bissau. Se recordar dos tempos antes do surgimento dessas escolas, as populações que vivem nas zonas rurais não tinham privilégios de estudar, pois havia ausência total das instituições educacionais nessas zonas e os números dos analfabetos eram muito elevados em toda camada, logo, os indivíduos que lá estavam eram vistos como incapazes. Depois do surgimento destas escolas nas zonas rurais da Guiné-Bissau, em específico, na secção de Bijimita, os números dos analfabetos começaram a diminuir, também a partir desse momento que a maioria das crianças teve a garantia ao processo do ensino e aprendizagem formal.

A participação de todas as entidades que contribuem no processo do ensino-aprendizagem, ou seja, os que Lopes (2008) denomina de *atores* é relevante, ao falar dessas entidades, refere-se aos pais e os encarregados de educação, os professores, a comunidade, incluindo o poder tradicional e as organizações não governamentais (ONGs).

Os pais, professores, alunos e comunidade devem ser envolvidos no processo educativo. Visto que, o envolvimento das comunidades locais na procura de soluções para as suas necessidades constituirá um aspecto que doravante estará presente em reflexões internacionais. A participação ativa desses atores promove um ambiente de aprendizagem mais colaborativo e eficaz. Como sabemos que a educação começa em casa, portanto, todos devem colaborar para o melhor processo educativo, (LOPES, 2007 apud CÓ, 2023, P.164).

As Escolas Comunitárias contribuem para avanço sociocultural na secção de *Bijimita*, visto que são aquelas onde os costumes, os hábitos e os valores culturais não são afastados dentro do processo do ensino e aprendizagem. Outrossim, elas ajudam as zonas não atingidas pelo Estado guineense, ou seja, as aldeias/*tabancas* carenciadas das instituições escolares que dão acesso à educação formal para as crianças.

Vale dizer que as escolas comunitárias, atualmente, estão alinhadas ao avanço do sistema educativo na secção de *Bijimita*, por outro lado, permitem a permanência das crianças nas suas aldeias de nascença, pois sem elas, a maioria estaria migrando para outras zonas onde se encontram as escolas públicas, razão que lhes obrigam a distanciar dos seus pais. A maioria dos pais não concordam que os filhos se distanciem deles porque entendem que esses podem não receber a educação que desejam, por isso, ficam com medo de lhes mandar para outro lado onde se encontra a instituição escolar enquanto não tiverem um discernimento maduro. “Entretanto, a escola rural/comunitária aparece então como um elemento eficaz de combate ao

urbanismo, tomando como fim principal reter o indivíduo à terra, fazendo-o compreender e amar a vida rural, ” (SANHÁ, 2014, p. 58).

Para discutir e compreender o papel do Estado na construção das escolas nas zonas rurais, foi necessário olhar para Constituição da República da Guiné-Bissau como sendo um documento que orienta o Estado. No seu segundo capítulo, no qual trata-se dos direitos, liberdades, garantias, e deveres fundamentais, do artigo quadragésimo nono, inciso primeiro, segundo e terceiro, é bem explícito que cada cidadão tem direito e dever de ter garantia à educação escolar que deve ser promovida e assegurada pelo próprio Estado. Esta garantia inclui a criação das escolas.

Artigo 49º, 1- Todo o cidadão tem o direito e o dever da educação. 2- O Estado promove gradualmente a gratuidade e a igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos aos diversos graus de ensino. 3- É garantido o direito de criação de escolas privadas e cooperativas, (GUINÉ-BISSAU, 1996, p. 11).

Também foi necessário olhar para um documento fundamental do sistema do ensino na Guiné-Bissau, trata-se da Lei de Base de sistema educativo guineense que foi criada através de um decreto promulgado pela Assembleia Nacional Popular (ANP) e aprovado aos vinte e um dia (21) do mês de maio de ano dois mil e dez (2010), (GUINÉ-BISSAU, 2010).

A lei de base foi criada na execução ativa para garantia do direito à educação como sendo direito essencial que integra num quadro jurídico legal que suporta as orientações acerca de política pública educacional do Ministério de Educação Nacional em representação do governo na área de educação. Houve a necessidade de elaborar a lei de base no sistema educativo guineense com finalidade de seguir os planos educacionais dessa nação, interessa criar um quadro equilibrado com a aplicação nacional, (GUINÉ-BISSAU, 2010).

No primeiro artigo da lei de base, na alínea três (3), “fala-se do direito à educação”, a partir disso, depreende-se o direito social reconhecido a todos. Outrossim, na alínea seis (6), evidentemente, foi indicado que o Ministério de Educação Nacional é responsável pela condução das políticas públicas educacionais. Ainda no segundo artigo compreende-se de forma explícita que são admitidos todos os cidadãos guineenses à educação escolar e à liberdade do ensino que compete ao Estado assegurar e garantir igualdade e as oportunidades, (GUINÉ-BISSAU, 2010).

Para Furtado (2005), quando se refere à garantia do direito à educação escolar, trata-se de algo já confirmado entre uma das algumas conquistadas no século XX, os referidos sucessos fortalecidos por diversas iniciativas e compromissos de personalidade internacional.

Atualmente, algumas nações democráticas consagram este princípio nas suas estruturas jurídicas nacionais, igualmente, a Guiné-Bissau. Com isso, entende-se que,

o financiamento adequado e sustentável é fundamental para apoiar e melhorar o sistema educativo. Conforme prevista na Carta Magna da nação Guiné-Bissau, o estado/governo é responsável em garantir o direito à educação de todos os seus cidadãos com a gratuidade que permite a todos ter acesso, isso inclui investimentos em infraestrutura, capacitação de professores em termo de reciclagem, tecnologia educacional e recursos educacionais de qualidade que deixam alunos com toda vontade de aprender, (VILELA, 2019 Apud CÓ, 2023, p.164).

Compreende-se que o Estado é responsável pela garantia de uma educação escolar nas comunidades das zonas rurais, porém o da Guiné-Bissau desde a sua independência até os dias atuais não cumpre com o seu papel. E isso é factível porque não constrói as escolas em algumas zonas rurais do seu território, não cria as políticas públicas educacionais para as comunidades nem facilita os materiais didáticos correspondentes às realidades das comunidades rurais.

É de inteira responsabilidade do Estado sustentar a educação formal para todos os indivíduos, quando se fala da garantia, não se limita apenas em formar os professores que lecionam, e, sim, inclui a construção das instituições escolares. Lembrando que essa criação não deve se centralizar em Bissau, capital do país, muito menos nos setores (cidades das regiões), mas também nas aldeias mais distantes dos centros de cada seção que compõem o território guineense.

Cabe ao Estado através do Ministério de Educação Nacional orientar as direções regionais da educação para criação das políticas públicas educacionais que visam permitir às últimas aldeias/*tabancas* a terem acesso à educação escolar e garantir as condições necessárias para que se mantenham em funcionamento.

O Estado guineense deve contemplar de forma atenta ao ensino na seção de *Bijimita*, pensar na criação das equipes por meio de uma política pública educacional que visa apoiar e promover a construção das escolas públicas para depois prestar atenção no seu funcionamento. Foi neste sentido que Có (2023), salienta que,

Sendo assim, o governo/estado deve dar atenção ao ensino e é fundamental criar estruturas de apoio às escolas para poderem por sua vez proporcionar apoio aos alunos que ainda não é verificado nesta seção de *Bijimita*. Sabendo que, esta seção é composta por diferentes bairros, com muita distância da escola, onde se obrigam os alunos a fazerem muitos esforços para poder estar na sala de aula porque não há transporte escolar, (Có, NANQUE e CÁ et al, 2023, p.165).

Percebe-se na citação que além de ausência das instituições escolares em algumas zonas desta seção, não existe também meio de transporte que leve os alunos para a escola pública no centro de Bijimita. Barroso (2005) faz discussão afirmando que,

O Estado não se retira da educação. Ele adopta um novo papel, o do Estado regulador e avaliador que define as grandes orientações e os alvos a atingir, ao mesmo tempo que monta um sistema de monitorização e de avaliação para saber se os resultados desejados foram, ou não, alcançados. Se, por um lado, ele continua a investir uma parte considerável do seu orçamento em educação, por outro, ele abandona parcialmente a organização e a gestão quotidiana, funções que transfere para os níveis intermediários e locais, em parceria e concorrência com actores privados desejosos de assumirem uma parte significativa do “mercado” educativo, (BARROSO, 2005 apud LUSIGNAN, 2002, p. 35).

É importante salientar que o Estado guineense afasta e deixa de assumir o seu papel que é construir as instituições escolares para permitir às crianças terem garantia à educação escolar, logo, as comunidades e as organizações não governamentais (ONGs) criam as escolas para colmatar a função que o próprio Estado deveria desempenhar. E em vez de o próprio Estado envolver de maneira direta para melhorar funcionamento dessas escolas ou criar políticas públicas educacionais que visem modificar e orientar a forma que as aulas devem ser ministradas, ele se afasta totalmente, como se lê, “as comunidades assumiram na íntegra os processos de criação e manutenção da instituição escolar na tabanca (aldeia) sem a participação (sic) do Estado. ” (BARRETO, 2012, p.37). Portanto, não faz o investimento nelas (não paga salários para os professores dessas escolas, não participa nas suas manutenções e nem tampouco alimentação para pequeno almoço/lanche).

Ainda nessa perspectiva, nota-se que uma pátria que garante, pense e promove o seu sistema de ensino-aprendizagem facilita as instituições educacionais no seu trabalho, permitindo-lhes responder com os seus deveres e expectativas das populações. Mas na Guiné-Bissau tudo foi/está ao contrário, ainda mais que ela continua sendo governada por indivíduos inábeis sem compromisso com o povo, um grupo de indivíduos que passa todo tempo criando maneiras de ter acesso às instituições públicas, porém não pensam nas políticas públicas, não respeitam os docentes nem trabalham para diminuir as sucessivas greves na função pública.

6. METODOLOGIA

Um processo investigativo é uma atividade de adquirir o saber na maneira que se determina pelo desejo de capacitar-se, de entender, de encontrar alguma coisa acerca de uma determinada autenticidade social ou qualquer realidade, (BARRETO, 2012).

A metodologia é guia de concepção e ação executada na abordagem de uma realidade, que envolve a teoria de abordagem, (metodologia), os instrumentos que operam no saber (as técnicas) e a fecundidade do investigador, a sua habilidade individual, a sua apreciação e a sua experiência, (SOUZA, 2011, p.14).

Conforme bem apontado entende-se que a metodologia desempenha papel muito fundamental na pesquisa científica. Sendo assim, para efetuar esta pesquisa pretende-se usar a pesquisa qualitativa, seguindo o caminho bibliográfico e pesquisa de campo conjugado com a entrevista.

De acordo com Gerard e Silveira (2009, apud Indi, 2021, p.8), "a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de uma determinada realidade social". Esse aprofundamento irá facilitar no entendimento sobre a participação da comunidade de *Quitche* nesse processo educativo.

Ainda, a pesquisa qualitativa,

preocupa-se em analisar e interpretar os dados em seu conteúdo psicossocial. Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Na pesquisa qualitativa, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são fundamentais. É descritiva e não requer utilização de métodos e técnicas estatísticas. O pesquisador, considerado instrumento chave, tende a analisar seus dados indutivamente, no ambiente natural. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. As pesquisas qualitativas oferecem contribuições em diferentes campos de estudo, como, por exemplo, à Antropologia, Sociologia, Psicologia e Educação, (ASSIS, 2010, p.14).

Deste modo, compreende-se que a pesquisa qualitativa interessa com o estado de uma determinada realidade e assunto. Com relação à coleta de dados no primeiro momento, ela será de maneira bibliográfica, dado que busca explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas e analisar as contribuições culturais ou científicas existentes sobre o assunto, tema ou problema em questão. Sendo assim, serão consultados os livros, os artigos e as dissertações que tratam das escolas comunitárias na Guiné Bissau. Lembrando que a pesquisa Bibliográfica se realiza através de materiais já existentes que são formados basicamente de livros, artigos científicos, teses, etc. Em função disso, a maioria de estudos é requisitado a qualquer tipo de trabalho desse caráter, existem pesquisas feitas apenas de fontes bibliográficas, (GIL, 2008).

Como se pode observar,

a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros

pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos”, (ASSIS, 2010, p.14).

Depois dessa etapa, propõe-se realizar pesquisa de campo, já que o interesse é compreender a participação da comunidade de *Quitche/Bijimita* na construção e manutenção da Escola Comunitária Jorge Vida Nanque. Entende-se interessante fazer uma pesquisa de campo para recolher as informações sobre os atores que participam nesse processo e os que já participaram no procedimento de ensino e aprendizagem por meio das escolas referidas desde o momento que surgiram na Guiné-Bissau (nos anos noventa), (BARRETO, 2012).

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu próprio meio ambiente. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (surveys), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos, (SEVERINO, 2013, p.107).

Para Oliveira, citado por Indi (2021), fazer o trabalho de campo facilita a adquirir as práticas etnográficas que possibilitam três grandes momentos estratégicos que dão facilidade a uma investigação antropológica: o olhar, ouvir e o escrever. Quando se trata do olhar e do ouvir, refere-se às ações essenciais no trabalho de campo, visto que o pesquisador está em interação junto dos pesquisados, após isso, se faz redação e composição do texto através das informações obtidas na base de experiência no campo.

Outrossim, opta-se em fazer a entrevista com intuito de amear informações que os interlocutores vão expressar sobre essa escola, desta maneira, serão adotadas as entrevistas estruturadas, sendo que,

são aquelas em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. Aproxima-se mais do questionário, embora sem a impessoalidade deste. Com questões bem diretivas, obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais”, (SEVERINO, 2013, p. 108).

De acordo Manconi e Lakatos (2003), entende-se que a entrevista é o encontro de dois indivíduos com finalidade de um dele obter as informações ou conhecer algo sobre determinado assunto perante uma conversa.

Desta feita, será elaborado um roteiro que irá servir de orientação de passo a passo na conversa ao longo da entrevista. Na base disso, serão entrevistados dois membros da comunidade de *Quitche/Bijimita*, dois (2) representantes dos pais e encarregados de educação, dois elementos de núcleo gestor da referida escola, dois (2) professores, cinco (5) alunos e diretor/a da direção da educação da região de Biombo.

7.CRONOGRAMA

ATIVIDADES	PERIODO	2024.1						2024.2					
	MESES	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Encontro com orientador		x	x										
Pesquisa Bibliográfica			x	x									
Análise dos Fichamentos fichados				x	x								
Encontro com orientador						x							
Elaboração de roteiro de entrevistas						x							
Pesquisa de Campo						x	x						
Entrevistas							x	x					
Análise e redação de informação agarrada no campo								x	x				
Encontro Com Orientador									x				
Redação do trabalho									x	x	x	x	
Encontro com orientador												x	
Encontro com orientador Ajuste Final												x	
Defesa													x

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. Gomes. **Escolas comunitárias na Guiné-Bissau: Sentidos, Relações e Mudanças**. 2012. 69 f. Dissertação (mestrado em sociologia da Educação) -Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Lisboa, 2012

BARROSO, João. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. Lisboa, Educação & Sociedade, v. 26, p. 725-751, 2005.

BAPTISTA, Laercia Pereira. **Economia da Guiné-Bissau: um diagnóstico sobre a comercialização da castanha de caju (2011-2019)**. 2019. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) -Instituto De Humanidades e Letras, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/Unilab-Bahia, Salvador, 2019.

BOTO, Carlota. **A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos** História da Educação, USP, São Paulo, v. 18, n. 44, p. 99-127, 2014.

BURATTO, Lucia Gouvêa. **A educação escolar indígena na legislação e os indígenas com necessidades educacionais especiais**. Universidade Estadual de Londrina, 2007. Educação & Sociedade, v. 26, p. 725-751, 2005.

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. **Estado e poder tradicional na Guiné-Bissau: uma análise da (re) inserção dos líderes tradicionais de Caió no cenário político e administrativo (1991-2020)**. 2022. 155 f. Dissertação (mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) -Centro de Estudos Áfro Orientais. Universidade Federal da Bahia- Salvador. 2022.

CÁ, Lourenço Ocuni. **Estado Políticas Públicas e Gestão educacional**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

CÓ, Alaiquet papa vieira, NANQUE, Nemésio Boni, CÁ, Lourenço Ocuni: **o sistema educativo da Guiné-Bissau: desafios e perspectivas na seção de Bijimita**, 1ª edição, Alexa cultural Embu das Artes -SP, 2023

DE SOUZA, Minayo, at, et. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª edição, Editora Vozes Limitada, SP,2011.

ASSIS, Maria Cristina. "**Metodologia de Trabalho Científico**." (2010).

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. **Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau: Incoerências e descontinuidades**. 2005. 719 f. Tese de Doutorado (Ciência de Educação) -Departamento de Ciências da Educação. Universidade de Aveiro, (Portugal) 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Método e Técnica de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Bruno: **Movimentos estudantis em Guiné-Bissau em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos (as)**. 2021. 128 f. Dissertação (mestrado em educação) -Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG), 2021.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, Constituição da República. 1996. Disponível em: <https://www.pjguinebissau.com> > acesso em: 10 de março de 2024

GUINÉ-BISSAU. **Agente de saúde comunitária do centro de saúde de Bijimita. População da região de Biombo 2023**. Bissau. ASC. Acesso em: 14 abril. 2023

INDI, Balakov Miranda. "**O (des) encontro entre o poder tradicional e o poder estatal: o caso do “Fanado de Barraca” do povo Pepel de Biombo (Guiné-Bissau)**". (2021). 18 f. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharelado Em Humanidades) -Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (Unilab-Bahia,) Salvador, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), **Guiné-Bissau. Recenseamento geral da população e habitação**. Bissau: INE, 2009.

LOPES, Catarina. **Participação das populações locais no desenvolvimento da educação. Caso de estudo: escolas comunitárias da região de Bafatá, Guiné-Bissau (2004-2006)**. 2008. 108 f. Dissertação (mestrado em Educação) -Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2008.

MANCONI, M. De Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento de Metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo, Atlas S.A-2003

SANHÁ, Cirilo. **Do ensino público ao ensino de iniciativa comunitária:(análise do desenvolvimento e impacto das Escolas Comunitárias na Guiné-Bissau e as intervenções das ONGs FEC & PLAN)**. 2014. 150 f. Dissertação (em Sociologia Política) -Programa de pós-graduação em sociologia e política UFSC- Florianópolis, (2014).

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **Educação como direito**. Revista Guineense de Educação e Cultura: estado da educação na Guiné-Bissau, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. Cortez editora, São Paulo, 2013.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos. Lei de Bases do Sistema Educativo (LBE) 21 de maio de 2010. Define o enquadramento geral do sistema educativo da Guiné-Bissau. Boletim Oficial da Guiné Bissau. Guiné Bissau: Assembléia Nacional Popular, nº. 13, p.30-40, 2010. Suplemento. (Ficha técnica por LOURENÇO OCUNI CÁ).

SOBRAL, Raquel Rodrigues. **As escolas comunitárias na Guiné-Bissau e a cooperação portuguesa para o desenvolvimento**. 2021. 48 f. Dissertação (Desenvolvimento e cooperação internacional) -Universidade Técnica de Lisboa (Portugal), 2012.